



PROJETO DE ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO “LABORATÓRIO DE CIDADANIA MIRIM”: O DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA NA INFÂNCIA

CARLA PRISCILLA BARBOSA SANTOS CORDEIRO
HILDA MARIA COUTO MONTE
GEORGE SARMENTO LINS JÚNIOR

EIXO: 5. EDUCAÇÃO E INFÂNCIA

RESUMO: O “Laboratório de Cidadania Mirim” é um projeto de pesquisa, ensino e extensão voltado às crianças e jovens na faixa etária entre 8 e 11 anos que vivem e estudam no Bairro Santo Amaro, na escola Estadual Santa Tereza D’Ávila. Por meio dele, os estudantes da UFAL trabalharão com as crianças e jovens com o objetivo de construir ideias e conceitos essenciais ao desenvolvimento de uma real democracia participativa. Para tanto, o processo educativo será centrado na mediação educador-educando, partindo-se dos saberes dos educandos dentro do meio social. A medida que os conhecimentos dos educandos forem relacionados com os saberes escolares, haverá maior participação deles no processo de transformação social. Por meio desse estímulo à prática da cidadania, pretende-se realizar uma pesquisa sobre a educação crítica libertadora e seus efeitos nos campos social e político.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania; educação crítica e libertadora; projeto de ensino, pesquisa e extensão.

RESUMÉ: Le “Laboratoire de Citoyenneté Mirim” est un projet de recherche, éducation et extension destiné aux enfants et aux jeunes avec âgés entre 8 et 11 ans que vivant et étudiant dans le quartier Santo Amaro dans l’école de l’Etat de Santa Teresa d’Avila. Grâce à ce projet, l’étudiants de l’Université Fédérale travaillent avec les enfants avec l’objectif de construire des idées et des concepts essentielles au développement d’une véritable démocratie participative. Donc, le processus éducatif sera centré sur la médiation enseignant-élève, à partir de la connaissance des étudiants dans le milieu social. À condition que la connaissance des étudiants les connaissances scolaires se connectent, il y aura une participation accrue entre eux dans le processus de transformation sociale. Grâce à cette stimulation a la pratique de la citoyenneté, nous avons l’intention de mener une étude sur l’éducation critique et libératrice et ses effets sur les domaines sociale et politique.

MOTS-CLÉS: Citoyenneté; l’éducation critique et libératrice; projet de recherche, éducation et extension.

1 INTRODUÇÃO

Vivemos em uma era de “ideologização maciça”, lastreada em ideias que afirmam a “bondade dos processos de globalização” (SANTOS, 2011, p. 19). Em verdade, a globalização é uma “fábrica de perversidades” (SANTOS, 2011, p. 23), e dentre suas várias consequências está a fragilização da democracia, que se torna cada vez mais insipiente. Com o “emagrecimento moral e intelectual” da sociedade devido em parte ao aumento do consumismo e da competitividade inerentes a um mundo globalizado, esquece-se cada vez mais a ideia de cidadania, que deveria ser algo inerente à vida em coletividade (SANTOS, 2011, p. 49). De fato, no Brasil nunca houve a figura do cidadão propriamente dito, uma vez que as classes superiores e as classes médias nunca tiveram a pretensão de buscar sua verdadeira cidadania, pois foram condicionadas a esperar privilégios, e não a exigir seus direitos (SANTOS, 2011, p. 49). É por isso que ainda

carregamos a pesada herança histórica do patrimonialismo, incrustado nas relações públicas e privadas.

As concepções de democracia, opinião pública e cidadania prescindem de revisão principalmente onde tais categorias nunca foram plenamente exercidas (SANTOS, 2011, p. 54). A crise da democracia participativa está atrelada a vários fatores, como a falta de legitimidade dos representantes eleitos, a desconfiança da população com os órgãos e instituições públicas, a omissão quase sempre deliberada dos poderes públicos de dar vida às pretensões constitucionalmente postas, a ineficiência da Administração Pública, a corrupção política, a improbidade administrativa, a inexistência de partidos políticos com ideologias reais e distintas, etc.

Neste viés, como esperar que a sociedade se desvincule dos grilhões do patrimonialismo, se a principal arma de combate à proliferação desta chaga – a educação crítica e libertadora, aquela capaz de libertar o homem de todo o tipo de opressão, tornando-o um sujeito crítico e reflexivo com a capacidade de alterar a realidade em que vive (FREIRE, 1968, p. 34) – não está ao alcance da maioria da sociedade? O totalitarismo da globalização não está limitado à esfera das atividades econômicas. Para muito além, dita em boa parte a forma como o ensino e a pesquisa têm sido ministrados nas escolas e universidades do país.

Diante da debilidade física e institucional da rede de ensino e da falta de estímulo à reflexão crítica dentro das escolas, pergunta-se: “Pode a educação operar a mudança?” Se sim, que mudança seria essa? (GADOTTI, *apud* FREIRE, 1983, p. 9). É preciso entender que “a educação é um ato de conhecimento e de conscientização”, mas que, por si só, não é suficiente para operar a mudança, para libertar a sociedade da opressão (GADOTTI, *apud* FREIRE, 1983, p. 10-11). Isto porque “enquanto os ‘grandes debates’, os ‘seminários revolucionários’ permanecerem dentro da escola, cada vez mais isolados dos problemas reais e longe das decisões políticas, não existirá educação libertadora” (GADOTTI, *apud* FREIRE, 1983, p. 12). Por isso, qualquer forma de ensino que se diga apta a conscientizar verdadeiramente àqueles a quem se dirige deve estar vinculada à realidade das ruas, deve sair da escola, ensinando à sociedade civil como se deve resistir à dominação (GADOTTI, *apud* FREIRE, 1983, p. 12).

Diante da necessidade real e inadiável de mudança de paradigma, este projeto surge como um instrumento para concretização de uma educação crítica libertadora, que possa transpor a sala de aula e chegar a sociedade com toda força, uma vez que “educar é uma ação intrinsecamente sócio-política, eventualmente revolucionária” (FASSARELLA, 2012). Para isto, este projeto escolheu trabalhar com crianças e jovens, em face de sua enorme capacidade de incorporação de novos aprendizados, pois o estímulo à organização política na infância pode ser a mola propulsora de uma mudança social efetiva.

A organização da Associação dos Moradores Mirins de Santo Amaro (A.M.M.S.A) é um dos objetivos do projeto. A escolha do bairro se deve a alguns fatores, que resumidamente podem ser enumerados no seu tamanho e no seu contingente populacional. O Bairro Santo Amaro é o segundo menor da capital (ver anexo 1 ao final do projeto), possuindo cerca de 2.041 habitantes (ver anexo 2 ao final do projeto). Além disso, esse bairro possui uma única escola pública, concentrando em si o ensino público dos jovens da região, o que facilitará o trabalho previsto neste projeto. Este trabalho pretende abordar a questão da educação política sob um prisma inédito no Estado, para fins de pesquisa, ensino e ação, dando aos jovens residentes do bairro a oportunidade de se voltarem contra o sistema para buscarem melhorias das condições de vida de todos que ali residem.

Em resumo, este projeto objetiva levar à comunidade científica dados acerca do ensino de cidadania crítica e libertadora à crianças e jovens dentro do espaço social, e como uma proposta como essa poderia alterar de maneira substancial a realidade social de um pequeno bairro (no caso, o bairro de Santo Amaro). Pretende, ainda, levar a comunidade acadêmica para fora dos muros da universidade para realizar atividades de ensino – na verdade, numa troca de conhecimento mútuo – à crianças e jovens que estudam e moram no bairro de Santo Amaro. Em terceiro, pretende interagir tais indivíduos a fim de realizar atividades de extensão por meio da organização de uma Associação dos Moradores Mirins de Santo Amaro, com o objetivo de reivindicar direitos e melhorias sociais. Em quarto, reivindicar dos órgãos e entidades competentes, juntamente com os membros da futura Associação dos Moradores, os direitos e melhorias sociais que se mostrarem necessários, com o objetivo de instigar uma ação longa e duradoura da comunidade em exigir seus direitos.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

2.1 Referencial teórico adotado como ponto de partida para o desenvolvimento do projeto

Apesar deste projeto estar no início, algumas discussões já foram trabalhadas, como a questão do processo de conscientização. Trata-se de um compromisso histórico que pertence não somente à escola, mas à sociedade, pois a transformação de meninos em homens ocorre no círculo familiar-social. Daí a importante contribuição da Universidade

nesse processo: a partir de uma troca recíproca entre comunidade acadêmica e as crianças e jovens do bairro Santo Amaro, construir-se-á uma forma de conscientização contínua nas associações de bairro.

Paulo Freire nos ensina que há uma diferença essencial entre a tomada de consciência e a conscientização. Ao se aproximar de conceitos presentes no mundo, o homem geralmente toma uma posição ingênua, não uma posição crítica, *prima facie*. Isto porque “ao aproximar-se da realidade, faz simplesmente a experiência da realidade na qual ele está e procura” (2001, p. 30). Conforme explica, essa tomada de consciência está distante daquilo que vem a ser a verdadeira conscientização, que seria “o desenvolvimento crítico da tomada de consciência”, ou seja, trata-se de ultrapassar “a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica” (2001, p. 30).

Em outras palavras, Paulo Freire nos ensina que observar um fenômeno, tal como a forma como as decisões políticas são tomadas dentro do Estado, não é a conscientização em si. Embora uma observação como esta seja muitíssimo útil à elaboração de uma análise mais aprofundada acerca do tema (uma vez que para se chegar à conscientização é preciso, antes, passar pela fase de tomada de consciência), para refletir criticamente sobre tais assuntos seria preciso “*des-velar*” a realidade, adentrando dentro da esfera crítica acima mencionada (2001, p. 30).

O processo de conscientização é um “compromisso histórico”, pois faz com que “os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo” (FREIRE, 2001, p. 30).

A educação para a cidadania pode ser uma prática de domesticação social ou uma prática para sua libertação. É como se, no primeiro lado, houvesse um esforço que chama de “desumanizante”, incapaz de alcançar de qualquer forma a conscientização. Ao revés, do outro existe o esforço “humanizante”, o único capaz de conscientizar plenamente. Mas, para alcançar este outro lado, é preciso admitir a utopia, conforme as palavras de Paulo Freire: “a conscientização nos convida a assumir uma posição utópica frente ao mundo, posição esta que converte o conscientizado em *fator utópico*” (2001, p. 31).

A questão do que seja a utopia, para o autor, é o ponto chave para entender o ato de conscientização. Em suas palavras, “o utópico não é o irrealizável”, longe disto. Ele é, simplesmente, o “ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante” (2001, p. 32). O fato é que esta árdua tarefa é tratada dentro de um universo onde impera uma “contradição dialética”, onde em algum lugar homens trabalham para manter a estrutura dominante (2001, p. 33), para manter um padrão de dominação histórico que subjuga a maioria para dar privilégios a uma minoria, e em outro lugar persistem homens que trabalham pela mudança (2001, p. 33).

A conscientização que parte do educador, apenas de dentro da sala de aula, não é suficiente para operar a verdadeira mudança social (FREIRE, 1983, p. 12). Neste quadro, é preciso entender que o papel do educador, em si, é diferente da visão tradicional de ensino, pois ele passa a ser denominado de “animador de debates”, coordenando as discussões e os problemas para estimular a participação de todos (FEITOSA, 1999, p. 45).

Neste novo tempo – o tempo da globalização – o capital tem estimulado em todos os países as fabricas de imobilidade social para propositadamente criar mais mão de obra e mais oportunidade de sua expansão a qualquer momento (BAUMAN, 1999, p. 122-127). Além disso, a tirania do dinheiro e da informação tornam possível o controle da sociedade e a regulação das finanças a nível global (SANTOS, 2011, p. 35), dando cada vez menos autonomia aos Estados para tomarem suas decisões político-econômicas, e o resultado é o aumento da pobreza, da desigualdade econômica entre os povos e da corrupção generalizada nos governos. Neste sentido, a democracia passa a ser afetada diretamente:

A democracia, na sua versão brasileira, tanto opera na gestão e administração de conflitos políticos, como permite a maior concentração de renda já observada na história do país. O paradoxo da democracia brasileira parece ser o de que, quanto mais ela dura, mais é pervertida, graças ao processo de globalização que tem possibilitado aos órgãos internacionais repetirem reiteradamente que sem legitimidade democrática não há apoio para o desenvolvimento, colocando o país numa situação de dependência neocolonialista (BAQUERO, 2001).

Diante desse cenário, é preciso superar as dificuldades e limitações da educação para dar vida a um pensamento pedagógico que leve o educador e qualquer outro indivíduo a se engajar social e politicamente para *des-velar* a realidade em crise (GADOTI, 1983, p. 10), para estimular a sociedade a se libertar da opressão, reconhecendo que não existe “educação neutra”, mas a pedagogia das classes dominantes e a das classes dominadas (GADOTI, 1983, p. 10), abandonando definitivamente a consciência ingênua. Devemos, por isso, não nos limitar a conscientizar dentro da sala de aula, mas aprender a conscientizar em massa (GADOTI, 1983, p. 12). Esta é a questão colocada por Lúcio Fassarella (2012):

Como promover a liberdade, especialmente numa sociedade complexa e ubiquamente regida por leis? A única resposta plausível é a educação: a liberdade somente pode ser promovida educando o povo de modo a desenvolver a autonomia dos indivíduos e **capacitá-los para perceber as estruturas sociais, compreender suas racionalidades e agir para modificá-las em direção à liberdade** (Grifo nosso).

Vivemos em uma sociedade com uma enorme necessidade de educação do tipo libertadora, pois a liberdade é o elemento essencial para o desenvolvimento de qualquer democracia. “A qualidade da democracia de um país pode ser medida pelo caráter da sua política educacional oficial. Por isso, a educação é um campo natural de disputas ideológicas envolvendo os diversos segmentos sociais” (FASSARELA, 2012). Em verdade, a educação no Brasil possui caráter político, pois “ela sempre esteve a serviço das classes dominantes” (GADOTI, 1983, p. 10).

Por isso, qualquer atividade que pretenda conscientizar as pessoas deve assumir o compromisso histórico de revelar a realidade e instigar os indivíduos a buscar sua transformação por meio da *práxis*. Trata-se de uma árdua missão que consiste em fazer com que os indivíduos possam enxergar bem mais do que a superfície dos problemas, entendendo-lhes as raízes e seus atenuantes, para que possam se comprometer com a sociedade em busca da solução dos problemas (FREIRE, 1983, p. 25). E esse compromisso passa pela reivindicação de novas condições de vida, passa pela necessidade de levar tais descobertas adiante, estabelecendo um ciclo de conscientização social solidária. Conforme demonstrando por Jean Piaget, quando crianças e adolescentes são ensinados sobre democracia (de forma crítica e libertadora), há maior possibilidade de tais indivíduos evoluírem moralmente (PIAGET e LENARDON, 1994, p. 16). O resultado de uma educação voltada à conscientização logo na infância é a conscientização que leva a mudança de paradigma. Por isso, este projeto, bem mais do que ensinar as noções pertinentes à democracia e cidadania dos indivíduos, irá operar com eles no sentido de buscar reais melhorias de vida na comunidade, além de estimular as crianças e jovens à organização política (por meio da Associação dos Moradores), com a esperança e a certeza de que tais ações operarão verdadeiras mudanças no meio social.

2.2 Demandas acadêmicas e institucionais com as quais este projeto pretende interagir

Primeiramente, este projeto objetiva levar à comunidade científica dados acerca do ensino de cidadania crítica e libertadora à crianças e jovens dentro do espaço social, e como uma proposta como essa poderia alterar de maneira substancial a realidade social de um pequeno bairro (no caso, o bairro de Santo Amaro).

Em segundo, pretende levar a comunidade acadêmica para fora dos muros da universidade para realizar atividades de ensino – na verdade, numa troca de conhecimento mútuo – à crianças e jovens que estudam e moram no bairro de Santo Amaro.

Em terceiro, pretende interagir tais indivíduos a fim de realizar atividades de extensão por meio da organização de uma Associação dos Moradores Mirins de Santo Amaro, com o objetivo de reivindicar direitos e melhorias sociais.

Em quarto, reivindicar dos órgãos e entidades competentes, juntamente com os membros da futura Associação dos Moradores, os direitos e melhorias sociais que se mostrarem necessários, com o objetivo de instigar uma ação longa e duradoura da comunidade em exigir seus direitos.

2.3 Articulação entre ensino, pesquisa e extensão

A pesquisa consiste em analisar a educação crítica libertadora e seus efeitos nos campos social e político. Para isto, serão elaborados questionários que serão respondidos pelas crianças e jovens de tempos em tempos. Além disso, será avaliada a forma como as crianças se organizam para buscar a concretização de ações que envolvem a melhoria das suas condições de vida, por meio de acompanhamento individual mensal. O ensino ocorrerá por meio por meio do método Paulo Freire, pois os educadores buscarão relacionar os conhecimentos dos educandos com os saberes escolares. Desta forma, busca-se construir um conhecimento libertador, que dê oportunidades genuínas para que os jovens desenvolvam uma consciência democrática. A extensão consiste em trabalhar com as crianças dentro da comunidade, “descobrimo” os principais problemas do bairro, organizando as crianças para que exerçam de fato a cidadania que lhes é inerente.

2.4 Metodologia adotada no projeto

Em face do momento histórico experimentado na contemporaneidade – o período de globalização e suas consequências – este projeto adota a metodologia desenvolvida por Michel Thiollent (2002), que reconhece no ensino, na pesquisa e na extensão objetivos sociais mobilizadores em prol da transformação social.

A metodologia adotada é a participativa, ou seja, de pesquisa-ação. Neste tipo, os participantes do projeto buscam, dentro de um espaço de interlocução, resolver problemas com base em conhecimentos de diversas áreas. Há uma troca de saber, que só ocorre por meio da ação prática. Assim, a pesquisa, o ensino e a extensão se articulam para melhorar o diálogo entre os participantes (THIOLLENT, 2002). A participação no projeto, com base nesta metodologia, busca possibilitar um bom nível de envolvimento das partes, capacitando os indivíduos para a participação em tarefas, ensinando às pessoas a agir autonomamente, estimulando as pessoas a continuarem posteriormente com as atividades sozinhas e aprendendo a lidar com as pessoas por meio de seus representantes (STRINGER, 1999).

Além disto, a metodologia adotada para o ensino tem por base o método de Paulo Freire, que busca relacionar os conhecimentos dos educandos com os saberes escolares. De acordo com esse método, “o ato educativo deve ser sempre um ato de recriação, de resignificação de significados. O Método Paulo Freire tem como fio condutor a alfabetização visando à libertação. Essa libertação não se dá somente no campo cognitivo, mas acontece essencialmente nos campos social e político” (FEITOSA, 1999, p. 45).

Para a extensão, os conhecimentos acerca de cidadania e democracia serão inseridos por meio de práticas educacionais, culturais e políticas, na vida cotidiana das crianças e jovens. Desta forma: “um projeto de extensão pode ser considerado emancipatório quando as atividades que lhes são associadas incitam as pessoas a superar os obstáculos e limitações que encontram em sua vida social, cultural ou profissional” (THIOLLENT, 2002).

Com relação à pesquisa, será aplicada, uma vez que busca alcançar resultados práticos sobre a forma como crianças e jovens de um pequeno bairro da capital respondem aos estímulos lançados à conscientização por meio de uma educação libertadora e crítica e da prática. Assim, pretende-se contribuir para solucionar problemas históricos relacionados à fragilidade da democracia participativa brasileira.

A metodologia da pesquisa deste projeto pretende seguir a uma série de etapas específicas, de modo que se possa explorar de forma ampla o tema. A primeira etapa começa com uma pesquisa quantitativa com as crianças e jovens, sobre sua percepção acerca dos problemas sociais que os cercam.

A segunda etapa consiste em reunir elementos bibliográficos, documentais e empíricos sobre o tema, para os classificar e dispor racionalmente, para que possam ser objeto de hipóteses acerca dos resultados obtidos. Isto será realizado mediante a seleção de livros, artigos científicos sobre o tema, relatórios de órgãos públicos, etc.

A pesquisa possui basicamente três objetivos a serem alcançados, a seguir enumerados: explorar, descrever e explicar o fenômeno da educação crítica e libertadora por meio do estímulo à prática da cidadania e da democracia entre crianças e jovens.

A pesquisa empírica utilizará a técnica de observação direta intensiva, por meio de entrevistas diretas com a utilização de formulários padrão para marcar as respostas. As perguntas das entrevistas serão do tipo semiestruturadas (uma vez que a depender da resposta pode haver a possibilidade de desdobramento da pergunta) e do tipo abertas (com roteiros temáticos e tópicos previamente escolhidos). Por fim, é de se destacar as ferramentas de trabalho pretendidas neste projeto, a saber: elaboração de plano de trabalho, plano de aula, fichas de leitura, reunião de citações para a elaboração de paráfrases, seleção do autor base, produção de relatório e resumos, análise do material coletado e produção do relatório final.

3 CONCLUSÃO

O projeto “Laboratório de Cidadania Mirim” busca a conscientização das crianças e jovens por meio de uma ação universitária voltada ao despertar de uma consciência crítica. Reconhece-se, por meio deste projeto, que a universidade possui um papel central no ambiente social e deve, por isto, contribuir para a construção da consciência crítica da comunidade.

Reconhecemos ainda, por meio deste projeto, que a extensão universitária é a melhor forma para trabalhar com as crianças e jovens nos termos que idealizamos. Isto porque o conhecimento não pode ser simplesmente dado, mas deve obrigatoriamente ser construído por ambos os participantes do projeto. Tanto a comunidade como os estudantes e professores possuirão a oportunidade de compreender a dinâmica democrática e a importância da solidariedade social a partir das ações que serão desenvolvidas ao longo do projeto.

Pretende-se implantar uma associação dos moradores mirins e, a partir dela, entender como funciona o sistema político e a democracia representativa. As crianças e jovens vão trabalhar com os problemas sociais que afligem todos os

moradores do bairro, vão entender como a organização da comunidade em núcleos organizados é importante e vão cobrar, por meio de projetos de lei encaminhados à câmara municipal de Maceió, mudanças estruturais no ambiente em que vivem.

A cidadania deve ser construída. Acreditamos que todo indivíduo precisa compreender o ambiente o qual está inserido para poder interferir nele, para influenciar os outros e realizar a mudança social. Seguindo os ideais sempre revolucionários de Paulo Freire, pretendemos realizar a conscientização das crianças e jovens e, para além disto, descobrir como um processo como este pode influenciar, realmente, à sociedade e os valores vigentes em determinado ambiente social.

5 REFERÊNCIAS

- BAQUERO, MARCELLO. **Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo**. *São Paulo Perspectiva*. [online]. 2001, vol.15, n.4, pp. 98-104.
- BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. Disponível em: . Acesso em: 10/10/2014.
- BAUMAN, Zigmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Trad.: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BEZERRA, Otávio Bezerra. **Corrupção – um estudo sobre o poder público e relações pessoais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas – sobre a teoria da ação**. 9ª ed. Trad.: Mariza Corrêa. São Paulo: Papyrus, 2008.
- _____. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Trad.: Reynaldo Bairão. 2d. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CANO, Wilson. **(des) industrialização e (sub) desenvolvimento**. Disponível em: . Acesso em: 10/10/2014.
- CARRARO, André; FOCHEZATTO, Adelar; HILLBRECHT, Ronald Otto. **O impacto da corrupção sobre o crescimento econômico do Brasil: aplicação de um modelo de equilíbrio geral para o período 1994-1998**. Disponível em: . Acesso em: 22/04/2014.
- CAVALCANTI, Pedro. **A Corrupção no Brasil**. São Paulo: Siciliano, 1991.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia, o discurso competente e outras falas**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FAORO, Raimundo. **Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro**. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.
- FASSARELLA, Lúcio. **Excertos de um texto de Doris Lessing**. Disponível em: . Acesso em: 11/12/2014.
- FEITOSA, Sonia Couto. **Método Paulo Freire: Princípios e práticas de uma concepção popular de educação**. Dissertação. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1999.
- FILGUEIRAS, Fernando. **A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social**. *In Revista Opinião Pública*. Campinas, volume 15, nº 2, Nov./2009, p. 386-421.
- _____. **Corrupção, democracia e legitimidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Centauro, 2001.
- _____. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. **Educação Cultural para a liberdade**. 12 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- _____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2005.
- GADOTTI, Moacir. **Prefácio**. *In* FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- JUSTO, Marcelo. **Sonegação dos países ricos é 25 vezes maior que corrupção nos países pobres**. *Brasil de Fato*, 06 a 12 de março de 2014.
- LÖWY, Michael; BETO, Frei. **Valores de uma nova civilização**. Disponível em: . Acesso em 15/11/2014.
- PIAGET, Jean; LENARDON, Elzon. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A educação em tempos de neoliberalismo**. Trad.: Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2033.
- SARMENTO, George. **Improbidade Administrativa**. Porto Alegre: Síntese, 2002.
- SEPLANTE/AL. **População residente nos bairros de Maceió segundo o senso de 2007**. Disponível em: . Acesso em: 27/12/2014.
- STRECK, Lenio Luiz. **Crise de paradigmas – Devemos nos importar, sim, com o que a doutrina diz**. Disponível em:

. Acesso em: 15.11.2014.

_____. **Hermenêutica jurídica e(m) crise – uma exploração hermenêutica da construção do Direito.** 11ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

STRINGER, Ernest. **Action Research.** 2 ed. Londres: Sage, 1999.

Carla Priscilla Barbosa Santos Cordeiro: Graduada em Direito pela Universidade Federal de Alagoas, tendo atuado por dois anos no projeto de Extensão “Combatendo os Crimes Eleitorais” e por seis meses no projeto de Extensão “Sementes da Cidadania”. Atuou, também, como pesquisadora na esfera da corrupção com o projeto: “o Direito Fundamental à Administração Pública proba e eficiente. É mestranda em Direito Público pela Universidade Federal de Alagoas, com ênfase em Metodologia do Ensino Jurídico, Ciências Políticas, Direito Constitucional e Direito Administrativo. É bolsista do CNPQ. E-mail: cpbsc@outlook.com.

Hilda Maria Couto Monte: Especialista em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, Mestranda em Direito pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL, com ênfase em Metodologia do Ensino Jurídico, Introdução aos Fundamentos das Ciências Sociais e Antropologia Jurídicas, Introdução ao Estudo do Direito, Teoria Geral do Estado Democrático e História do Direito. E-mail: hcoutomonte@gmail.com.

George Sarmiento Lins Júnior: Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Alagoas, mestrado e doutorado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco e pós-doutorado pela Université d&39;Aix-Marseille, na França. Email: george_sarmiento@uol.com.br.

Recebido em: 05/07/2015

Aprovado em: 15/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: